

É preciso «equacionar um novo modelo para garantir um melhor acesso dos cidadãos à Justiça»

Ministra da Justiça admite «espaços de dificuldade»

JUSTIÇA

Cláudia C. Sousa/Lusa
claudiasousa@jm-madeira.pt

Francisca Van Dunem, ministra da Justiça, disse ontem que o setor assinala «espaços de dificuldade» que geram problemas no acesso ao sistema judicial.



Francisca Van Dunem foi recebida, ontem, pelas entidades do Governo Regional.

A ministra da Justiça, Francisca Van Dunem, disse ontem, no Funchal, que o setor assinala «espaços de dificuldade» e «vozes que apelam àquilo que corre mal» e defendeu a necessidade de um pacto capaz de ultrapassar uma legislatura.

«O meu sentido de pacto [para a Justiça] é de um consenso sobre questões essenciais, um consenso transversal e que

seja capaz de ultrapassar uma legislatura», afirmou a governante, na sequência de uma audiência com o representante da República para a Madeira.

Francisca Van Dunem sublinhou que o pacto deve ainda fixar entre os intervenientes da Justiça um «conjunto de orientações e de políticas persistentes» que seja possível de seguir, acompanhar e monitorizar.

«Na área da Justiça, nós temos o hábito de tomar medidas,

algumas delas avulsas. Não temos políticas e quando as temos não as avaliamos», declarou, vincando a necessidade de parar para pensar no que é essencial.

A ministra reconheceu, por outro lado, que é fundamental equacionar um novo modelo para garantir um melhor acesso dos cidadãos à Justiça.

«Do ponto de vista financeiro, temos de encontrar um modelo de sustentabilidade, que pode

passar pelo aumento daquilo que são as receitas gerais, o que significa impostos», disse Francisca Van Dunem, acrescentando que a questão tem de ser «muito ponderada».

A governante, que na tarde de ontem participou na inauguração das obras de remodelação do Palácio da Justiça, no Funchal, disse ainda que é necessário neutralizar os «espaços de dificuldade» que geram problemas no acesso à Justiça. JM



Ireneu Barreto apela a uma «justiça mais célere»

Na receção à ministra da Justiça, Francisca Van Dunem, o representante da República para a Madeira, Ireneu Barreto, salientou que compete aos agentes do setor conseguir uma Justiça mais célere, num contexto adverso marcado pela crescente complexidade dos sistemas financeiros, a crise dos quadros políticos tradicionais, as dificuldades das finanças públicas e a proliferação das redes informáticas.

«Parece claro que, atualmente, prevalecem alguns consensos sobre as imperfeições do sistema judicial e as possíveis soluções para as superar», disse, realçando que é «cada vez mais atual» a ideia de um pacto para a Justiça.

Ainda assim, nas palavras de Ireneu Barreto é preciso, também, tornar a Justiça mais próxima da comunidade e mais acessível aos cidadãos.

Mas, para que isto seja possível, é «importante» criar uma «discussão séria e profunda», onde se consiga estabelecer as linhas de rumo e as bases duráveis de uma reforma da Justiça, que possibilitem o trabalho sereno dos atores da Justiça, para além dos ciclos políticos e da sempre desejável alternância democrática». JM



Rubina Leal esteve com a ministra no Palácio de São Lourenço.

Infraestrutura no Santo da Serra irá reabrir com novos propósitos

Centro Educativo será multi-disciplinar

Aproveitando a deslocação de Francisca Van Dunem à Região, Rubina Leal teve um encontro com a ministra da Justiça, ficando acertado que o Centro Educativo, no Santo da Serra, que foi inaugurado em 2010 e fechado em 2013, será reaberto, mas com outras funções.

«É uma preocupação da secretária regional e também nossa. Estamos a caminhar para um modelo, em que seja possível não se manter como centro edu-

cativo, porque aparentemente não há na Madeira o número de jovens suficientes para ter lá o centro educativo, mas sim um centro multi-disciplinar que albergue crianças para a área educativa e para a área de formação e correção», revelou a ministra da Justiça. Acrescentou ainda que «não há data prevista para essa reabertura», explicando que secretária regional que tutela esta matéria «vai agora trabalhar nisso, com o diretor geral da

reinserção, que é o serviço que ao nível nacional é responsável por esta área, e depois daremos conta dos desenvolvimentos».

O encontro havia sido solicitado por Rubina Leal, que antes exaltara ser um «desperdício» para uma infraestrutura que custou sete milhões de euros. A receção acabou por ser mais informal, com a reunião a se dar à margem do almoço no Palácio de São Lourenço. JM

David Spranger